Excelentíssimo Senhor, Doutor Juiz de Direito da \_\_\_ Vara Cível da Comarca da [Cidade] / ...

Distribuição por dependência ao processo n. ...

NOME, estado civil..., profissão..., inscrito no CPF sob o número..., endereço eletrônico..., domiciliado em..., residente em..., vem, por seu advogado (procuração acostada e endereço profissional ...), propor AÇÃO DE [objet] pelo PROCEDIMENTO COMUM, com fundamento nos artigos 318 e 319 do Código de Processo Civil, com pedido de TUTELA ANTECIPADA INCIDENTE, em face de NOME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o número..., endereço eletrônico..., com sede em ..., pelos motivos de fato e de Direito a seguir exposto.

I – DOS FATOS

O Autor trafegava pela rua x, quando foi surpreendido pela colisão causada por veículo de propriedade da Ré.

Em razão do ato, o Autor sofreu danos...

Dessa forma como será demonstrado a seguir, temo o Autor direto de ser integralmente indenizado.

II – DO(S) FUNDAMENTOS JURÍDICO(S)

A ação versa sobre responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito.

A esse respeito, o artigo ... do Código Civil determina que:

“transcrição”

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento na Súmula ...

Como sabemos, estamos diante de responsabilidade civil subjetiva, fundada na culpa...

No presente caso, o veículo da Ré causo os dados ao Autor, devendo ser condenada ao pagamento de indenização...

Portanto, a pretensão do Autor merece ser acolhida.

III – DO CABIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA

O artigo 294 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade da concessão de tutela provisória de urgência ou evidência, havendo ainda, a previsão no parágrafo único do mesmo artigo, da concessão de tal medida como cautelar ou tutela antecipada, incidental ou antecedente.

A concessão da tutela antecipada, nos termos do artigo 300 do mesmo código, está condicionada a presença dos requisitos da probabilidade do direito e do perigo de dano.

Como se não bastasse, também está presente o requisito do §3º, do art. 300, do CPC, sendo reversível a tutela provisória em caso de reforma ou modificação da medida.

No presente caso, como já restou demonstrado o Autor sofreu danos por culpa da Ré, estando presente o requisito da probabilidade do direito, equivalente ao “fumus boni iures”.

Por outro lado, caso não seja concedia a liminar, o Autor sofrerá dano grave, uma vez que..., presente, assim o “periculum in mora”.

IV Do(s) Pedido(s) e Requerimentos

Desde de logo, requer a concessão da tutela antecipada para ..., sendo a Ré intimada para cumprimento, sob pena de ...

Por todo o exposto, requer a Vossa Excelência a procedência do pedido de CONDENAÇÃO da Ré ao pagamento de R$...

(Art. 85.) Requer, também, condenenação da ré ao pagamento das custa nos termos do Art. 82 §2º, bem como aos honorários advocatícios de sucumbência, previstos no art. 85 ambos do Código de Processo Civil.

Em cumprimento ao inciso VI, do Art. 219, do CPC, informa prova